

Pauta: Vagas na educação infantil e construção de novas escolas e reformas das escolas da rede

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h14min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Boa tarde a todos. Vamos dar início a nossa penúltima reunião da CECE. Já estão presentes o Ver. Jonas Reis, este vereador que preside, Mauro Pinheiro, o Ver. Gilson Padeiro, vice-presidente da Comissão. Convidamos para compor a Mesa o Sr. José Paulo da Rosa, secretário de Educação, o Sr. João Artur Adams, diretor administrativo, a Daniela Tesche, coordenadora de gestão de vagas, a Luciane Xavier. Do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre tem alguém? Não. Da Comissão de Educação da OAB, o Sr. Eduardo Matos; a Isabel Letícia de Medeiros, da ATEMPA. O Sr. Kleiton da Silva Müller, do Conselho do Fundeb, e a Sra. Márcia Gil Rosa, do Conselho Tutelar.

Bom, é uma pauta que a gente já discutiu bastante durante o ano e que a gente sabe que é importante, que são as vagas na educação infantil, construção de novas escolas e reforma das escolas de rede. Já vou passar aqui a palavra para o nosso Ver. Jonas Reis, que foi o proponente, para fazer a introdução. Normalmente a gente não limitava aqui o horário, mas hoje o secretário tem alguns compromissos, todos nós no final de ano temos bastante atividades, e a gente vai limitar aqui o horário, porque não adianta a gente continuar sem a presença do secretário. O secretário me pediu seja até as 15h30min pois ele tem que sair, então nós vamos dar uma limitada o tempo. Agora são 14h15min, então nós temos uma hora e quinze minutos. Pedimos para que as pessoas sejam breves nas suas falas para que a gente possa encerrar a reunião às 15h30min. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, colega Gilson, por estarmos aqui em mais um debate importante para a cidade e no nome da professora Isabel Medeiros, cumprimento todas as instituições aqui presentes, demais lideranças, também os representantes do governo, o secretário de Educação, José Paulo. Queria inicialmente dizer que nós fomos

procurados pela Associação dos Trabalhadores de Educação do Município de Porto Alegre e também pelos pais e mães com a preocupação sobre o direito à educação, principalmente à educação infantil. A gente sabe que a cidade tem, segundo os relatórios já emitidos pelo Conselho do Fundeb, um dinheiro significativo, mas na nossa análise inicial, a gente observa que, nos últimos três anos, nenhum projeto de ampliação robusta de vagas, via construção de novas escolas, foi empreendido, e a gente sabe que também empacou na Secretaria de Educação a própria revitalização das escolas existentes. Tem escolas que pedem para fazer novas salas de aula, isso também não andou nesses últimos três anos. Então é uma preocupação que a gente tem, inclusive a rede conveniada, nos últimos três anos, solicitou muito por ampliações e isso nada aconteceu. Então no quesito déficit de vagas, a gente compreende que tem uma responsabilidade do Executivo, da Prefeitura e a gente não encontra uma compreensão para a justificativa, uma vez que temos dinheiro, mas não temos um projeto de aplicabilidade desses recursos. Nós vimos, dois anos atrás, uma tentativa de compras de vagas em escolas privadas, que foi frustrada, inclusive deu bastante vazia, não vou dizer que não teve uma iniciativa. Teve uma iniciativa de criação de vagas, mas acho que as vagas próprias estão aquém da necessidade. Então no dia 10 de novembro, deste ano, esta matéria aqui divulgada pela Gaúcha ZH dizia o seguinte: mesmo após matrículas, a Prefeitura da capital não divulga número de vagas na educação infantil para 2024. E o que a gente observou? Depois das inscrições, falta metade das vagas para o número de demanda manifesta, as pessoas estão procurando, então são pais e mães que sabem que tem o direito constitucional. Para quem não se recorda e não é da educação, em 2009 foi feita uma emenda à Constituição Brasileira, nº 59, que tornou a educação obrigatória dos quatro aos 17 anos. E hoje nós temos um número, por volta de seis a sete mil crianças, de quatro e seis anos, que não têm acesso a isso. E isso já é obrigatório desde 2009. Então não é uma questão que a gente responsabiliza apenas o Executivo, a gente responsabiliza a cidade, a gente responsabiliza o governo estadual, que não consegue dar conta das suas demandas de educação, a gente responsabiliza

também os gestores, os próprios congressistas que, no último período, cortaram recursos da educação brasileira, e isso também gera esse gargalo que nós temos hoje. Mas nós temos um cenário que hoje nós temos um dinheiro do Fundeb, nós temos hoje uma demanda, as pessoas procurando, e nós não podemos jogar isso para o colo do Judiciário, o Judiciário começar a definir e dizer quem vai ganhar vaga, quem não vai ganhar vaga. Acho que isso pega muito mal para nós, como Legislativo, como Executivo, como instituições. Eu saúdo aqui todas essas instituições que estão na luta, o conselho tutelar, que também recebe inúmeras demandas, professora Márcia Gil, das famílias em diálogo com as associações de bairros. É importante frisar que a conselheira Márcia Gil está na sua segunda gestão consecutiva, é a conselheira mais votada desta cidade e está na direção do tema da educação junto a todos os conselheiros. Ela lidera esse processo e vai poder nos ilustrar aqui um pouco sobre os dados e a situação que nós temos hoje no Município. De igual forma, a associação dos trabalhadores, o Fundeb, para que a gente possa ter elementos para o debate nesta tarde. O que nós queremos não é uma tarde de acusações, nós queremos construir um consenso do que nós podemos fazer a partir de janeiro do ano que vem. O Mauro, inclusive, vai ser presidente da Câmara de Vereadores. Este ano, Mauro, nós conseguimos construir profícuos debates sobre a educação, sobre outras áreas, e a gente acredita que com a tua liderança na Casa, com certeza, a gente vai implementar algumas coisas que a gente não tenha conseguido implementar no âmbito da educação. Inclusive, se sobrar recurso, acho que haverá sinalizações no sentido de apoiar essa pauta. O Ver. Giovane, que também está aqui, cumprimento.

Por último, eu queria frisar uma coisa não menos importante: o nosso Município tem, na sua Lei Orgânica, a necessidade de implementar 30% do orçamento em educação. E o que a gente aprovou na Câmara de Vereadores? Nesse momento, eu fui contrário ao orçamento do ano que vem, porque eu entendo que nós não poderíamos destinar apenas 14,44%. Então eu votei contra o orçamento, a peça orçamentária inteira da Prefeitura, porque, como professor, como educador, não é plausível que a gente desrespeite a Lei Orgânica, que é

a lei maior deste Município, através duma lei orçamentária. É um pecado, digamos assim, capital que nós cometeríamos. Deixo consignado nas notas taquigráficas também isso, agradeço a disponibilidade de todos mais uma vez e repasso para o presidente, obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Jonas. Estão aqui presentes o Ver. Giovani Culau e o Ver. Giovane Byl. Feita a introdução pelo Ver. Jonas Reis, eu acho que é uma pauta bastante importante, acho, não; tenho certeza, Ver. Jonas. A gente procurou trabalhar bastante durante este ano principalmente a educação infantil, que começou o ano com bastante dificuldade por falta de vagas. O secretário assumiu durante o ano, eu acho tem trabalhado bastante nisso, acho que vai poder nos adiantar o que está sendo feito para o ano de 2024. Todos nós temos o maior carinho por essa pauta da educação infantil, tendo em vista que a gente sabe a importância da educação infantil na formação desses jovens para um futuro melhor. Também quero adiantar que, como Presidente da Câmara, a eleição foi ontem, nós queremos trabalhar pela Casa inteira, mas a prioridade de educação e educação infantil vai continuar no nosso mandato. Aquilo que a gente puder ajudar, não só a comissão de educação, mas a relação com a Prefeitura, com a secretaria, para que a gente possa fazer alguns movimentos importantes como Presidente da Casa. Quem sabe alguns seminários, algumas coisas, utilizando a estrutura da Casa inteira, para que a gente possa ir debatendo e avançando. O secretário vai falar posteriormente, mas é importante dizer que a gente também avançou bastante. Uma das pautas que chegou até esta comissão, que foi do Professor sim, Técnico não, teve vários debates bastante acalorados, um movimento bastante forte e justo, e eu acho que, nesta Casa, através da comissão, nós conseguimos avançar bastante. A gente tem conversado com o secretário, com o próprio o prefeito Sebastião Melo, que se sensibilizou bastante com essa causa. O secretário está trabalhando junto com o prefeito, e vai ser apresentada, nos próximos dias, uma proposta. Já teve várias conversas com o CMDCA e com os órgãos responsáveis, para que a gente possa programar para o ano de 2024,

para os próximos anos, para resolver esse problema. Inclusive, nós votamos contrário à emenda da Ver.^a Mari Pimentel, que é a presidente da CEFOR, porque nós já tínhamos conversado com secretário e com prefeito, e eles pediram para votar contrário, porque a solução já existia, de onde sairia o recurso, que não teria necessidade da emenda. O secretário pode nos explicar mais quando da sua fala, mas eu acho que é uma conquista de todos aqui, e o grande debate aconteceu aqui na comissão. Eu acho que chegando à solução desse problema já é um avanço importante para o ano de 2024. Foi boa a participação desta Casa, desta comissão, então a gente fica feliz de chegar a algum acordo importante para a educação infantil.

Passamos a palavra para a Sra. Márcia.

SRA. MÁRCIA GIL ROSA: Boa tarde, me chamo Márcia Gil, estou vice-coordenadora da Comissão de Educação do Conselho Tutelar, não estava convidada pelo protocolo da Mesa, o que me causou bastante estranheza que o Conselho Tutela não estivesse convidado, assim como o CMDCA também não está convidado para este momento. Então, aí já mostra um pouco a invisibilidade da infância nesta cidade. Então, a primeira coisa que eu trago neste momento é que Porto Alegre, a criança e adolescente são invisíveis, existe uma invisibilidade da infância nesta cidade. Aparece, em alguns momentos, que se quer fazer alguma pauta mais política, digamos. Quanto à questão das vagas na educação infantil, a Comissão de Educação do Conselho Tutelar vinha há quatro anos lutando por essas vagas. Essa última gestão da SMED, foi a única que conseguiu abrir um diálogo conosco, foi a única que nós conseguimos abrir um diálogo. Nós estamos num momento com um grupo de trabalho da Defensoria Pública, onde estão o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, a Seduc, a SMED, o CMDCA, o Fórum de Entidades, vários atores do sistema de garantia de direitos, inclusive os assessores dos vereadores da CECE, para ver estratégias de como enfrentar essa questão, como bem disse o Ver. Jonas Reis, que é histórica, mas, cada vez mais, se coloca de uma maneira imensa.

Nós tivemos as inscrições de 17 mil crianças manifestas. Sabemos que são muito mais; muitas não conseguiram fazer as inscrições por aquele sistema. Não vamos aqui discutir se o sistema é bom, se o sistema não é bom, quem tem a culpa de fazer o quê, porque eu já passei desse momento de achar culpados. Mas são muito mais crianças e adolescentes. Teve uma jornalista lá do matinal que fez um estudo do censo e viu que existem muito mais crianças de zero a seis anos do que essa demanda manifesta em Porto Alegre. Então, nós temos muito mais crianças de zero a seis anos do que se apresenta.

O que eu quero dizer é que a gente vem trabalhando, só que se a Câmara de Vereadores, e aqui é a questão muito séria... Não adianta nós, de um GT, todos nós quereremos discutir, acharmos estratégias, se não tiver recurso. A questão é recurso público para construção de escola, para arrumar as escolas que estão sucateadas, enfim, para abrir... Depois, o secretário vai falar sobre as estratégias que se tem, só que não é possível sem recurso. Então, a Câmara tem que, no seu orçamento, ver recursos para a criança e adolescente.

Houve uma época que a gente tinha o OCA, que era o Orçamento da Criança e do Adolescente, que foi para os ares. Hoje tem dinheiro para tudo, menos para a criança e adolescente. Então, o que o Conselho Tutelar traz aqui é que não se vive de boas intenções. Nós temos milhares de crianças, e discordo do vereador-presidente quando diz que é para amanhã, não é para amanhã, é para hoje. Essa criança que não está na escola hoje, ela está sendo abusada dentro de casa; ela está sendo maltratada dentro de casa; ela está sendo machucada nos espaços não protetivos. Então, essa criança precisa de espaços protetivos hoje! A educação infantil é primordial, e a gente tem que se envergonhar de uma cidade – nós todos, nós, sociedade –, de uma sociedade porto-alegrense que tem esses números. E essa culpa é de todos nós. Então é isso que eu trago aqui, que nós temos que nos responsabilizar por esses números. Só que nós precisamos de dinheiro, de recursos para mudar isso. Não adianta o secretário vir com belo discurso – é o que nós dizemos para ele lá –, se chegar no prefeito e o prefeito disser: “Não, não tem dinheiro; eu tenho dinheiro para construir um belo prédio ali no Moinhos de Vento”.

Então, é isso que nós estamos aqui para dizer: vamos dar visibilidade, vamos olhar as crianças e os adolescentes do nosso Município, eles estão ali. E se vocês estivessem no Conselho Tutelar, como eu estou vendo tentativa de suicídio todo dia, vendo abuso sexual todo dia, vendo maus-tratos todo dia, vocês estariam muito mal, e isso é a responsabilidade de todos nós, da sociedade porto-alegrense. Muito obrigada e tenho dito.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, conselheira Márcia Gil. A Isabel Letícia Medeiros, da ATEMPA, está com a palavra.

SRA. ISABEL LETÍCIA PEDROSO DE MEDEIROS: Boa tarde a todos e todas. Eu me chamo Isabel Letícia Medeiros, sou diretora-geral da ATEMPA. Queria cumprimentar os vereadores, o nosso secretário de educação, as pessoas aqui presentes, a minha sempre querida colega, que segue na militância em defesa da educação. Eu queria destacar que a ATEMPA também tem assento no Conselho Municipal de Educação, e foi um lugar privilegiado para mim, também, acompanhando as políticas e as demandas da educação. Eu queria enfatizar uma questão que nós acompanhamos, há algum tempo na direção da ATEMPA, que é a necessidade da manutenção sistemática das escolas existentes, aproveitando o mês de férias, porque nós tivemos muitas escolas... (Ininteligível.) Além da pouca vaga, da vaga insuficiente, por exemplo, o EMEI Valneri Antunes, no início do ano e durante um bom tempo, ficou com turmas fechadas por conta de reforma. Então, acumulam-se os problemas nas escolas e, quando chega um determinado momento, já é insustentável e tem que, enfim, fazer grandes reformas, que demoram muito tempo, muito para além do período de férias, que é um mês na educação infantil, e acaba que as escolas têm a matrícula, mas não tem o atendimento. Então, quem acompanha sabe que isso é uma realidade muito séria e grave.

Uma outra questão que eu queria apontar também é a falta de recursos humanos. A educação infantil, pela característica da etapa, demanda mais adultos no cuidado das crianças; quanto menor essa criança, mais pessoas

precisam estar ali. O Conselho Municipal sempre fez uma mediação nas normativas exigindo professor, sim, em todas as turmas, professoras, mas não só aceitando um apoio de outros profissionais – no caso da Prefeitura, monitores. E a falta de recursos humanos também fez com que muitas turmas atendessem de forma parcial, inclusive chegando ao ponto de fazer rodízio. Então, hoje vem o jardim, aí amanhã vem o maternal, no outro dia, então, o berçário, e assim as turmas vão se revezando. E as famílias aí tendo que dar conta de ver como que essa criança é atendida nos outros dias, além de causar aí essa intermitência no processo educacional, que a gente sabe que a educação infantil é etapa da educação. Então, tem a questão dos cuidados, sim, a necessidade da família, mas quem tem o direito aí, no caso, é a criança. Então, essa é uma questão grave, e a gente veio, o ano todo, com falta de recursos humanos. Então, agora a SMED fez um chamamento importante, significativo, mas ele é insuficiente. Uma outra defesa que eu gostaria de fazer é a defesa de servidor público concursado, porque as pessoas acham que a privatização ou que a terceirização é uma solução barata para essa questão, e isso não é verdadeiro. A educação é um processo que exige vínculo, e o serviço terceirizado acaba... a gente vê isso pela cozinha das escolas, todo ano tem interrupção, então em todo o ano tem dias em que as crianças comem um outro tipo de merenda. Então, queria enfatizar isso e queria enfatizar também a necessidade, porque nós temos toda essa realidade de diminuição da população, o que é verdadeiro, mas nós temos um contingenciamento de vagas há muito tempo. Como foi dito aqui, a Emenda nº 59, de 2009, tornou obrigatório o ingresso aos quatro anos; como isso não foi possível, houve uma segunda etapa que foi em 2016 – então já se passou muito tempo. E ainda assim, nós estamos longe de atingir, na capital, o atendimento das crianças em idade obrigatória, e o atingimento da meta um. Então, é fundamental a construção de escola pública, as escolas públicas não vão ficar ociosas a curto prazo dada a demanda gigantesca. E eu, no Conselho Municipal de Educação, acompanhei o esgotamento da terceirização, porque as escolas que poderiam, que têm as condições de prestar um atendimento razoável e suficiente, sem fio desencapado, sem risco para as

crianças, com um pátio adequado, com o mínimo de condições, nós já esgotamos em Porto Alegre. É muito difícil que a gente consiga ainda estender a parcerização num ritmo que dê conta da demanda. Então, é fundamental, sim, a construção de escola pública.

E a questão da compra de vagas, além de ser algo prejudicial para o cofre público no sentido de que não computa matrícula para o Fundeb, quem aqui conhece a dinâmica da educação sabe como é difícil para uma criança de classe popular ser integrada numa escola privada. A escola privada ela não demanda só a mensalidade, ela demanda o tênis, o uniforme, a merenda, a agenda, o passeio pago, e tem o mal-estar, porque a gente, no Conselho Municipal, tinha as pessoas representantes do ensino privado, o mal-estar em receber crianças em situação de vulnerabilidade. É um mal-estar para a criança, é um mal-estar para a escola e é um mal-estar para aquele conjunto de famílias que muitas escolas dizem: “A minha escola com vaga comprada de criança de classe popular acaba sendo depreciada pelas famílias que têm condição de pagar”. Então, essa é a realidade, a gente pode dizer: “Que ruim que a sociedade é preconceituosa”, tudo isso a gente sabe, mas é isso que acontece na prática. O ensino privado tem que ser uma opção para aqueles que, por uma questão confessional ou por outra escolha, desejam essa alternativa. A nossa Constituição prevê o ensino privado, desde que respeitada toda a legislação educacional, mas ele tem que ser uma opção para aqueles que dispõem de recursos para poder dar conta de tudo o que implica uma escola privada, com a sua cultura de escola privada, que é muito distinta da cultura das classes populares.

Então, queria trazer essas contribuições com o desejo e com a confiança de que nós vamos conseguir, sim, ter um avanço significativo, porque nós já estamos encerrando o Plano Nacional de Educação e, em seguida, o Plano Municipal. A Meta 1 é fundamental, pessoal, porque, se nós não garantirmos uma infância com as condições adequadas de desenvolvimento, não estamos afirmando que todas as necessidades sejam 100% atendidas, mas, pelo menos, buscamos ter uma boa base. Isso vai fazer com que tenhamos uma outra cidade, uma outra perspectiva de desenvolvimento e, principalmente, um desenvolvimento

humano, porque a educação é a nossa vocação. A nossa vocação não é o recurso humano, o desenvolvimento e o recurso humano, mas, sim, o desenvolvimento das pessoas, dos seres humanos e da cidadania para uma vida mais próspera e democrática para todos nós. Queria agradecer essa oportunidade e, em tempo, saúdo a comissão por essa pauta, que é fundamental.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Isabel, representante da ATEMPA. Quero convidar o Conselheiro Thiago para compor a Mesa e passo a palavra para o Kleiton.

SR. KLEITON DA SILVA MÜLLER: Primeiramente, quero agradecer o convite e cumprimentar o Ver. Jonas, o Ver. Giovani, o Ver. Mauro, o secretário José Paulo, meus colegas de profissão, a Isabel, a Márcia e todos os presentes. Eu sou Kleiton, professor aqui na rede de ensino na escola Jean Piaget, no Parque dos Maias, Zona Norte, e sou representante da ATEMPA lá no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, que é um dos recursos que financiam a educação. Vou tentar esclarecer um pouco isso aqui que é importante, e hoje eu sou o presidente do conselho.

O nosso mandato iniciou agora dia 1º de janeiro 2023 e vai até 31 de dezembro de 2026. Então, nós temos um mandato de quatro anos, estamos no primeiro ano. É importante dizer que, no início do ano, iniciamos lá com outras secretárias de educação, tentamos estabelecer diálogos e, infelizmente, tivemos dificuldade de diálogo. Isso fez com que o conselho encaminhasse diversos ofícios para o Ministério Público devido à falta de diálogo com a secretária Sônia. Logo depois da intervenção do Ministério Público, conseguimos uma reunião, ela não nos atendeu, quem atendeu foi o adjunto, mas, uma semana depois, eles já não estavam mais na Secretaria de Educação.

Eu quero dizer que, depois da vinda do secretário José Paulo, a gente já teve duas reuniões dentro do conselho e também uma reunião na própria Secretaria de Educação. Então, quero dizer que, pelo menos, o diálogo a gente está tendo,

mas também é importante dizer que hoje o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, por exemplo, não tem uma sala para trabalhar, algo que a gente já está encaminhando junto ao secretário. Os documentos que a gente produz, tudo isso tem que ficar de guarda dos próprios conselheiros, então a gente ainda está avançando na questão básica, que é infraestrutura para poder trabalhar.

O que o conselho faz? Nós somos o controle social, o controle, o acompanhamento feito por quem? Professores, pais, alunos, o pessoal do Conselho Tutelar, entidades como a Cufa, servidores do Município, que são as nossas monitoras que estão lá, alunas que tem lá. Então, também tem um trabalho de aprender, mas a gente conseguiu nesse nosso tempo de trabalho produzir um parecer, porque o conselho anterior, que era o conselho que ficou de 2021 a 2022, ao terminar o seu mandato, não concluiu o controle, o acompanhamento e a fiscalização das contas de 2022, ficando para nós finalizarmos o parecer de 2022.

Então, a gente conseguiu, durante este ano, fazer um trabalho de acompanhamento, de análise dos pareceres, um trabalho produzido também pelo Tribunal de Contas. A gente produziu um parecer do Conselho do Fundeb, que eu convido todos a terem acesso, principalmente os vereadores que, no fundo, são quem, de fato, fiscalizam o Executivo. Os dados que eu vou trazer aqui são de extrema importância para a Câmara de Vereadores a fim de que tomem providências para solucionar a questão do financiamento da educação no Município de Porto Alegre.

O que a gente viu? Eu vou começar falando sobre um outro dado que surgiu agora há pouco. O governo federal tem que lançar todo o ano um cálculo que é chamado Valor Aluno Ano Total. O que eles pegam? Eles pegam o potencial de receita para financiar a educação. Não é o que se gasta em educação, não é o que foi gasto, é o potencial de receita. Então, se avalia lá o quê? O que a Constituição prevê, que é, no mínimo, 25% da receita líquida de impostos, as transferências do salário-educação, mais os repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNATE, e outros recursos de complementação da União,

de assistência financeira da União. Soma todos esses recursos, seu potencial de receita para financiar a educação, se divide por número de alunos e tu vais ter um valor aluno-ano total. Então, sai o valor aluno-ano total de todos os municípios do Brasil. Por quê? Porque no Novo Fundeb, municípios muito pobres, que não atingiram, por exemplo, R\$ 8.187,00, a União vai lá e complementa. Nesse cálculo, Porto Alegre ficou com mais de R\$ 21 mil, então, esta é a receita potencial para financiar a educação; isso considerando 25%, Ver. Jonas. Sabemos que o art. nº 183 da Lei Orgânica de Porto Alegre, e nós, enquanto Município, decidimos priorizar a educação e destinar 30%. Mas o que o MEC faz? Ele não vai nos 30%, ele não está olhando a Lei Orgânica de cada município, ele faz um cálculo mais geral, tem uma metodologia para o cálculo, nós temos R\$ 21 mil. Isso quer dizer que potencialmente nós somos o sexto município mais rico do Brasil, potencialmente através da receita. O problema é que dessa receita potencial, que é 25%, a gente não gasta o mínimo que é previsto, que é protegido para a educação. Esse, para mim, hoje, é o maior problema a ser enfrentado. Porque os dados que eu vou trazer aqui são os seguintes: o secretário, não é, José Paulo? Um dia o senhor me olhou e me disse assim: "Vou precisar de ti para conseguir dinheiro." Porque tu vais precisar de dinheiro para implementar a política pública, e se, na Lei Orgânica, já passou. Era o debate para ser feito. Porque tem muito desse recurso que não vai financiar manutenção e desenvolvimento do ensino, e aí está o grande problema; porque grande parte desse recurso, que hoje lá nas planilhas de prestação de contas para o Tribunal de Contas, é dito que é gasto em manutenção e desenvolvimento do ensino, mas estamos destinando para gastos com inativos e pensionistas do Previmpa. Só para ter uma noção, em 2022 foram R\$ 422 milhões, segundo a certidão do Tribunal de Contas, isso é um terço, quase, do valor da educação. Esse recurso vem sendo gasto, mas a gente tem na Emenda Constitucional nº 108 de 2020, que é a que regulamentou também o Novo Fundeb, no § 7º, do art. nº 212, eles cravam lá que isso é proibido. A partir de 2020 não tem mais papo, não tem conversa. E quem é que fiscaliza? O Tribunal de Contas emite a certidão, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Câmara de Vereadores.

Quem é que tem que bater o martelo lá? É a Câmara de Vereadores. Então, tudo isso que foi falado, Márcia, afinal das contas, essas crianças que tu dizes que estão sem acesso, a própria a Isabel trouxe, está na mão de quem? Está na mão de quem faz a fiscalização e o controle, que aqui é a Câmara de Vereadores; por isso que eu agradeço a oportunidade de estar aqui falando, Presidente. Porque isso é a coisa mais séria, essa negação de direitos que está ocorrendo – disseminada por todo o Município de Porto Alegre, mas principalmente na periferia – está nas mãos de quem tem responsabilidade para isso acabar. É fato, não tem o que fazer. Os dados que eu vou trazer aqui é só para ter uma noção. O que o conselho fez? Ele fez uma análise de 2020, 2021 e 2022. Por que a gente pegou isso? Porque existe a Emenda Constitucional nº 119 que, nos anos de 2020 e 2021, desobrigou os prefeitos de cumprirem o gasto mínimo de 25% em educação pela questão do Covid. Era 2020 e 2021, aí os municípios não gastaram no mínimo 25% da receita de impostos, só que foram para o debate, a gente estava gastando em outras coisas. Então não vamos penalizar, mas tem que ser gasto o valor que não foi gasto, ou o percentual que não foi gasto, até o final 2023. Agora, falta pouquinho mais de 15 dias. Então, tem que compensar aquilo que não foi gasto. Nos dados que analisamos, temos o seguinte: em 2020, ainda era governo Marchezan, foi gasto 15,28%; lembrando que tinha que se ter sido 30%, é a metade. Em 2021, 12,58%, só, deveria ter sido 30%. E em 2022, 19,22%, deveria ter sido 30%, em MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Não é qualquer coisa que é considerada manutenção e desenvolvimento do ensino, tá gente? Isso está regrado no art. nº 70, da LDB; e o art. nº 71 diz o que não é. Por exemplo, alimentação escolar não é manutenção e desenvolvimento do ensino, não pode ser considerado na hora de fazer a prestação, porque tem recurso lá do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o salário-educação para financiar esse tipo de recurso. Fazendo um resumo, não foi aplicado em educação, em manutenção e desenvolvimento do ensino: em 2020, R\$ 529 milhões; em 2021, R\$ 768 milhões; e em 2022, R\$ 481 milhões. Se somar os últimos três anos, faltou para chegar na manutenção e desenvolvimento do ensino e virar política pública de

educação, construção de creche, remuneração dos profissionais de educação, remuneração das professoras. O convênio com instituições sem fins lucrativos é considerado manutenção e desenvolvimento do ensino, então, nos últimos três anos deixou de ir para a política da educação R\$ 1.779.313.597,47. Isso é 42,9% desses orçamentos, quer dizer que foi gasto somente em torno de 57% do potencial de financiamento da educação do Município. Estou falando sempre do mínimo, o mínimo que tem que ser destinado para manutenção e desenvolvimento do ensino em Porto Alegre é isso. É o mínimo. Pode ser mais? Pode, até para cumprir a Meta 1, para atingirmos esses índices que precisamos para alcançar o Plano Nacional de Educação. Em síntese é isso, gente, e isso tem que estar muito bem claro para todo mundo. É por isso que professor em Porto Alegre ainda recebe abaixo do piso. É por isso que, em Porto Alegre, crianças de quatro e cinco anos, que obrigatoriamente as famílias têm que matricular porque é matrícula obrigatória, estão fora da escola, porque vem ao longo do tempo acontecendo isso. Na Lei Orçamentária Anual, agora, eles continuaram fazendo a previsão de que vão destinar uma parcela significativa dos recursos que seriam manutenção e desenvolvimento de ensino para pagamento de pensionistas inativos. E a proposta que está sendo feita ao Ministério Público e tudo mais, porque esse nosso relatório está em posse do Ministério Público, e a Prefeitura, então, está em negociação para fazer isso, é de reduzir 10% a cada ano. Isso levaria 10 anos. O problema é o seguinte, desses R\$ 422 milhões que foram para isso neste ano, no próprio ano de 2022, foi anunciado R\$ 516 milhões de superavit, sobrou dinheiro no caixa da Prefeitura, R\$ 516 milhões. Então, não se justifica dizer, Oh, tu tens que pegar a última parcela... Vou pegar da educação para fazer, para pagar essa dívida aqui. Não, sobrou lá, então também não se justifica.

O Ministério Público está agindo, vão ver o que vai dar, mas quem tem que fazer a fiscalização é a Câmara de Vereadores, perante a Constituição, quem aprova e reprovava, quem responsabiliza o Poder Executivo são os representantes do povo, e a gente vai ter que assumir esse papel. Esse é meu recado. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Kleiton. O Sr. Eduardo Mattos, da Comissão Especial de Educação – CEE, da OAB/RS, está com a palavra.

SR. EDUARDO MATTOS: Boa tarde a todos e todas. Primeiro cumprimentar o presidente da Mesa, cumprimentando também os demais e presentes. Em nome da Comissão de Educação da OAB, agradeço o convite feito pela CECE de estar aqui ocupando esse espaço de fala, é de grande relevância a gente estar aqui presente, enquanto advocacia, porque nós também somos defensores dos interesses sociais, justiça social e direitos humanos.

Tentando ser breve, além de nos colocar já à disposição para compor outras reuniões, audiências, enfim, só fazer um apanhado aqui do que foi dito, porque esse é um tema muito caro para Comissão de Educação. Existe um dever prestacional aqui sendo discutido que é o fornecimento de vagas na educação infantil, idade obrigatória, que, pelo que está sendo dito, não está sendo atendido. Para além de buscar uma justificativa ou um esclarecimento do por que não está sendo garantido esse direito à sociedade porto-alegrense, eu penso ser importante a gente definir o que vai ser feito daqui para frente. Enquanto a gente discute, conforme foi dito pela conselheira Márcia e demais aqui, existem crianças que estão fora da escola, que estão em situação de vulnerabilidade, expostas à violência, ou trabalho infantil, ou a “n” situações, e isso é preocupante, porque compromete não apenas aquelas crianças, acaba comprometendo a sociedade porto-alegrense como um todo, a gente está falando do nosso futuro, a gente está falando do futuro da sociedade porto-alegrense. Uma criança fora da escola é um jovem ou um adulto que também estará fora de escola e estará muito mais inclinado a ciclos de violência e criminalidade como um sistema. Isso já é comprovado.

Então, o pedido que se faz é aqui é, para além de esclarecimentos, que sejam direcionados esforços para sanar essas pendências o quanto antes, pelo bem não só da nossa juventude, mas também por um bem social da comunidade porto-alegrense. Existe uma necessidade, um dever, a gente sabe que tudo se

resume a ter recursos, mas, mais do que isso, como são direcionados esses recursos. No que nos couber estaremos sempre dispostos a agregar as discussões e acompanhar também esses temas. Para não tomar muito mais o tempo, seria basicamente isso e reforçar o apoio da Comissão de Educação da OAB à CECE nessas discussões e demais pautas. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Eduardo Matos. Vou passar a palavra ao secretário José Paulo da Rosa, da Secretaria Municipal de Educação – SMED, para ele começar a responder, depois a gente passa para o pessoal que já se inscreveu para falar.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Boa tarde, muito obrigado também pelo convite. Quero saudar Ver. Mauro Pinheiro; o padeiro fake, Ver. Gilson Padeiro; sou mais padeiro do que o Gilson; também Ver. Jonas Reis, Ver. Giovani Culau e Coletivo, e o Ver. Giovane Byl. Quero saudar também a Márcia Gil, representando o Conselho Tutelar; a Isabel Medeiros, da ATEMPA; o Eduardo Mattos, da Comissão de Educação da OAB; o Kleiton, do CAPS-Fundeb; temos vários professores da rede aqui presentes, o que engrandece o debate. Citar também o Thiago, o João, a Daniela e todos que acompanham.

Eu compactuo com todas as preocupações que foram colocadas. O Ver. Jonas Reis traz todas essas dificuldades da educação, e eu até socializo com vocês a minha preocupação com a educação brasileira como um todo. Nós tivemos o resultado, por exemplo, do PISA, que avalia o conhecimento de estudantes com 15 anos em português, matemática e ciências, e no Brasil nós perdemos posição, foi divulgado aqui o resultado da prova aplicado ano passado. É uma prova aplicada a cada três meses em cerca de 80 países e nós ocupamos a posição 60,61, e baixamos de posição em relação à edição passada. Os demais indicadores que medem a qualidade da educação, o quanto o nosso estudante se apropria de conhecimentos de leitura no final das séries iniciais do ensino fundamental, nas séries finais ou no ensino médio, são muito preocupantes, porque tem muitos estudantes que concluem o ensino médio com o mínimo de

conhecimento em português, matemática. Nós temos advogados com dificuldades, às vezes, para redigir um bom texto, e isso decorre dessa educação básica de baixa qualidade, e as perspectivas que a gente enxerga não são muito boas nesse sentido. Nesse teste que foi feito mundialmente agora e que foi divulgado, Singapura ficou em primeiro lugar em leitura, em matemática e em ciências, e já havia ficado, Singapura em primeiro lugar, em 2015. Eu estive em Singapura em 2017, pesquisando como é que Singapura conseguiu chegar nesse resultado, lá em 2015, e repetiu agora em 2022. Singapura foi uma colônia da Inglaterra que teve sua independência em 1959, e em 1979 fez um grande projeto de priorização da educação, valorizando seus professores, um belo plano de carreira para os professores, para o diretor de escola, para os técnicos administrativos, todas as escolas de turno integral, uma série de projetos valorizando a educação; o país se transformou e obteve esse belo resultado em 2015 e agora em 2022. Eu já tinha pesquisado a Coreia do Sul, estive lá em 2009 também, porque em 2006 a Coreia estava em primeiro lugar do mundo nesses indicadores também, e eu fui lá ver como é que eles faziam a gestão educacional na Coreia, e também não é muito diferente, valoriza a educação básica, os melhores professores estão na educação básica, a família participa desse processo e a sociedade valoriza a educação e tem investimento em educação. A Coreia do Sul teve 10% do PIB por 40 anos voltados à educação, então as coisas aparecem: boas escolas, boas estruturas, professores valorizados, então, de fato, precisa de recurso pra educação. Quando o Kleiton traz este resultado, olhando por aluno o valor arrecadado, nós somos o sexto município do país; o nosso resultado em termos de educação aqui não confere com isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Exatamente, mas nós temos essa capacidade, e o resultado dos indicadores de qualidade dos nossos estudantes não são bons, entre as capitais, por exemplo, nós estamos lá na posição 23 entre 27 capitais, então já fomos bem melhores, e me preocupa melhorar a qualidade da nossa

educação. Mas eu quero dizer que eu estou me empenhando ao máximo, baseado nessas experiências que eu vivenciei, que eu pesquisei, para contribuir, para melhorar a educação de Porto Alegre, e aceitei o desafio de ser secretário imaginando que eu posso contribuir para a gente... E contribuir assim, conversando, estando nas reuniões, ouvindo as críticas, procurando as soluções, e é assim que nós temos trabalhado e que eu vou continuar trabalhando e ficando à disposição de todos vocês. Quando assumi, em julho, a SMED teve o seu prédio interditado e estava provisoriamente na Rua Siqueira Campos, então, nesse período, em primeiro lugar, eu tive que encontrar um local para a SMED, que agora está ali na Rua General João Manoel, e ali nós vamos encontrar – já te mostrei e vamos fazer agora nas próximas semanas, já estamos lá mexendo no espaço – um local para o CACS – Fundeb, um local para o Conselho Municipal de Educação, um local para o Fórum Municipal de Educação. Vamos resolver isso no início do ano que vem, provavelmente no dia do teu aniversário, Kleiton, 4 de março, vamos fazer uma festa inaugurando o espaço do CACS – Fundeb e também do Conselho Municipal de Educação. É a nossa expectativa agora resolver esse problema do espaço, que realmente vocês precisam para arquivar documentos, para fazer reuniões e tal, que hoje estão fazendo de forma provisória em outros espaços, mas estamos resolvendo e vamos resolver essa questão dos espaços. Dos problemas que nós temos aqui, num primeiro momento, um grande problema, Isabel, era realmente a falta de professores; nós chamamos 850, estamos chamando ainda alguns, mas ao todo serão 854 que nós estamos chamando para suprir essa falta de professores. Nós trabalhamos muito com essas escolas parceirizadas e discutimos aqui o problema dos técnicos em educação, passando para professores, e realmente isso está bem encaminhado, já conversamos com o fórum e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, já negociamos com o prefeito, deveremos ter, nos próximos dias, uma reunião, vamos acertar, então, um reajuste, que vai permitir às escolas fazer essa alteração, nessa negociação que muda Senalba para Sinpro, também com os sindicatos, que obriga as escolas a fazerem também essa adequação nesses

profissionais, que virão, talvez de técnico, professores, recebendo um salário adequado, como tem que ser. Isso nós vamos fazer, acho que nos próximos dias a gente senta para conversar; a partir do próximo ano a gente corrige essa distorção também.

Essa questão dos inativos, que o Kleiton trouxe, procede, é um problema não só de Porto Alegre, é um problema do governo do Estado e de muitos municípios, que incluem, no gasto com educação, o valor pago aos inativos, que é questionável. Já está decidido pelo Tribunal de Contas, vai ser alterado, mas há uma defesa porque aqueles que trabalharam com educação a vida inteira e que agora são inativos – o recurso pago para eles é um recurso da educação, eles trabalharam a vida inteira para educação, só que o Tribunal de Contas entende que não; então, houve uma negociação da Prefeitura com o Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e há essa perspectiva de fechar esse acordo em até 10 anos, pode ser que seja em menos tempo ainda, este valor, que é em torno de R\$ 422 milhões, hoje aplicado para pagamento de inativos, ele vai ser aplicado para investimento em educação, que não inativos, os inativos vão ser pagos com outros recursos, e vai ser de forma parcelada, mas certamente teremos, já a partir do próximo ano, mais recursos para investir em educação, especialmente na reforma, adequação das escolas, melhoria da infraestrutura. Então, este problema, eu acho que está bem encaminhado, é numa negociação entre Prefeitura, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, que vai também repercutir em mais recursos para educação. Mas um dos problemas, resolvido o problema aqui da falta de professores, com que me deparei também, assim, que me preocupa muito, é a falta de vagas na educação infantil; então, tivemos um período aqui de inscrições; de fato, tivemos um número de 17 mil inscritos, com só 9.500 novas vagas oferecidas, um déficit de 7.500 vagas não atendidas neste momento. Eu estou trabalhando fortemente, junto com a equipe, está aqui o João Adams e a Daniela, que trabalham comigo, para a gente minimizar esse déficit; a gente está publicando, nos próximos dias, um novo edital, credenciando novas organizações da sociedade civil, que é a forma assim mais rápida para gente conseguir resolver essa questão. Eu tenho a expectativa

de que a gente consiga oferecer, já no primeiro semestre do ano que vem, talvez mais 4 mil vagas, o que corrige parte dessa distorção; eu acho que a gente não consegue abrir novas escolas e credenciar novas OSCs, ao ponto de resolver todo o problema das 7.500, isso eu acho que vou conseguir lá em 2025, no início 2025; ao longo de 2024 eu estimo, pelos menos, 4 mil vagas a mais, que a gente vai oferecer em 2024. Vamos ter novas escolas, mas construir uma escola nova não é um processo que a gente consiga fazer muito rápido; então, a gente vai construir uma escola com recursos próprios, que é a EMEI da Vila Max Geiss, que hoje está é provisoriamente numa escola estadual na Rua Poty Medeiros; estamos com já com o projeto sendo concluído, vamos licitar para, na metade do ano que vem, ter uma escola nova, a escola Max Geiss que vamos construir. Temos aquelas cinco escolas com recursos que foram repassados para UNESCO, cujo projeto já está em elaboração, saiu o edital para elaboração do projeto, já tem três engenheiros contratados pela UNESCO, que estão conosco, dentro da SMED, fazendo esse acompanhamento – eles devem depois, feito o projeto, licitar a obra A gente vai concluir cinco escolas de educação infantil, que ficarão prontas lá no final de 2024. Então, não posso contar para 2024, por isso que eu estou imaginando só para o início de 2025, ter mais escolas próprias para oferecer. São em torno de 150 vagas, em torno disso, por escola. Tem essa negociação com o Estado, que está nos oferecendo algumas escolas que nos permitam oferecer educação infantil; até acho que a Isabel comentou – não sei se foi Isabel ou se foi a Márcia – a respeito do fato de que temos uma pirâmide invertida, menos gente nascendo, um público idoso maior; então, ter mais é procura na educação infantil é um contrassenso nessa pirâmide invertida, que a sociedade está vivendo. Para isso a gente encontra algumas justificativas; o Estado oferecia educação infantil, desde 2010, especialmente a partir 2017 não teve mais educação infantil nas escolas do Estado. Esse público que estava lá nas escolas do Estado migrou para as escolas Município, então, houve um aumento substancial na procura de crianças. Então, mesmo que estejam nascendo menos criança, houve uma mudança nesse cenário, que fez com que mais famílias procurassem a escola municipal; afora isso, vivemos dois anos

especialmente de pandemia, 2020 e 2021, recentemente; tudo isso alterou esse mundo, especialmente da educação; no caso das famílias, algumas famílias que tinham condições de manter em escola privada, com as mudanças da economia, migraram da escola privada para a escola municipal, até porque a escola municipal oferece realmente uma boa condição na educação infantil. Então, nós tivemos especialmente dois fatores que aumentaram sobremaneira essa procura e que justificam, de algum modo, esse déficit que a gente encontra. O desafio é corrigir isso. O desafio é corrigir e eu estou me empenhando fortemente para isso. Então, algumas ações são esse credenciamento em que nós estamos trabalhando. Espero, já no início do próximo ano, ter novas organizações aqui conosco, essas escolas, essa parcerização com o Estado. Com a Escola do Rio Grande do Sul, por exemplo, aqui no Centro, e com mais algumas, a gente está negociando para oferecer educação infantil em algumas escolas do Estado que têm ociosidade e que nos permitem ocupar seu espaço para oferecer educação infantil. Então, é uma série de ações que vão nos permitir corrigir esse problema. Eu acho que, até o início de 2025, já na inscrição de 2024 a 2025, nós teremos um número de vagas suficiente para poder enfrentar essa dificuldade da falta de vagas na educação infantil, que eu concordo plenamente com vocês que não deveríamos ter chegado a essa situação, mas chegamos e vamos corrigir, vamos enfrentar certamente esse problema. Nós estamos trabalhando muito na manutenção das escolas também. Eu acho que nós tivemos um período longo sem manutenção das escolas, o que foi agravando, de fato, alguns problemas, mas estamos corrigindo. Temos atualmente 76 escolas em uma licitação que foi feita junto com a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. São cerca de R\$ 6 milhões, divididos em cerca de 76 escolas para algumas obras de reforma de algum piso, de reforma de telhado. Nós temos dez escolas cuja caixa d'água estamos reformando. Nós temos uma série de ações acontecendo e temos um novo edital em ação, junto com a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que é um valor maior de cerca de R\$ 80 milhões, em três ou quatro anos, com o qual nós vamos também fazer outras reformas das nossas escolas. Nós temos ótimas escolas; nós temos excelentes professores; nós temos diretores

dedicados e temos condições de virar esse jogo. Eu estou trabalhando fortemente para isso e eu quero contar com a ajuda de vocês, por isso que eu pedi ajuda do Kleiton. Se ele souber de alguma fonte de recurso, eu estou à disposição, o prefeito está à disposição e os recursos estão à disposição para nós aplicarmos e resolvermos o problema da educação. Acho que a gente precisa, como foi dito aqui pela Márcia, como sociedade, nos envolvermos, porque é o nosso futuro que está em jogo, é o futuro das nossas crianças e a parte mais importante desse processo educacional é a educação infantil. Começa na educação infantil e depois vem para o ensino fundamental. Se nós tivermos uma boa educação nesse nível, o restante depois fica mais fácil, mas esse é o nosso desafio e é por isso que eu o aceitei. Eu sempre trabalhei em outros níveis educacionais, muito embora tenha trabalhado também com educação infantil, com ensino fundamental, mas trabalhei também com ensino médio, com educação superior, com outros níveis, mas eu sempre olhei que o grande desafio que a gente tem é melhorar a qualidade da educação básica e especialmente da educação infantil. Então, eu também fico bastante incomodado com essa falta de vagas e eu aceito toda ajuda que vocês quiserem dar. Estou à disposição para a gente conversar, para encontrar a solução, porque o nosso objetivo é resolver esse problema.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, secretário. Está inscrita a Fabiane Dutra, da plateia.

SRA. FABIANE DUTRA: Boa tarde. Obrigada por poder participar, representando a Frente Parlamentar pela Garantia da vaga nas Creches, da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Bruna Rodrigues. Estou aqui com a colega Vanessa, que representa o deputado Leonel Radde, também participante dessa frente parlamentar. Nós estamos acompanhando o déficit de vagas na educação infantil pelo Estado todo e estamos muito tristes por ter aumentado o déficit, neste ano, entre as vagas para 2024 em Porto Alegre. Estamos vigilantes em diálogo com a Defensoria Pública do Estado, participando

dos mutirões, preocupadas em como vamos solucionar esse problema, porque, além de ser direito da criança, garante autonomia para muitas mulheres poderem ter uma mobilidade social, ir em busca de emprego, de mais estudo e também é uma segurança para toda a família. A gente também se preocupa com a questão da qualidade dessas vagas, porque a gente sabe que muitas escolas conveniadas não apresentam as mesmas condições da rede municipal, principalmente quanto à qualificação das profissionais às vezes que atendem sem ter os requisitos para trabalhar com a educação infantil. Temos a questão da alimentação também. Então, nós gostaríamos de saber se seria possível de repente a SMED ter um protocolo para a compra de vagas, porque, daqui a pouco, qualquer pessoa pode abrir uma escola, colocar uma série de profissionais ali. A gente não sabe muito bem como que a SMED está trabalhando com essa questão. São muitas vagas para serem compradas, mas a qualidade é algo para que a gente precisa estar sempre olhando. Também temos a questão da educação inclusiva, porque, na frente, a gente recebe muitas reclamações quanto ao atendimento dos alunos com transtorno autista, com outras crianças com deficiência, da falta de monitoria, da falta de um transporte adequado, adaptado para que essas crianças possam chegar até a escola, porque não tem condições de uma mãe carregar um filho nos braços sendo que, muitas vezes, não tem condições de estar pagando um Uber, porque esse recurso pode fazer falta ali na alimentação dessa família. E aqui no Centro, eu quero chamar a atenção, eu ouvi ali o rapaz agora – esqueci o nome – falando de R\$ 1 bilhão que não foi investido na educação infantil em Porto Alegre. Isso é muito dinheiro. Isso poderia ter feito reformas em diversas escolas, como é o caso da Pica-Pau, aqui no Centro, uma escola de educação infantil tradicional aqui da nossa cidade. Eu sou mãe de um aluno que teve que sair dali este ano porque a escola foi interditada, e não foi por falta de aviso, secretário, eu sei que o senhor entrou há pouco, mas nós, do conselho escolar, as mães e os pais da escola, informamos sobre os problemas elétricos, os problemas estruturais; e, enquanto não deu um curto circuito que quase pegou fogo na escola, não foi tomada nenhuma medida. Agora, a escola está fechada, e a gente não sabe

quando vai abrir. E é só uma reforma que precisa, num prédio histórico. E nós não vamos abrir mão da Pica-Pau, porque a gente tem déficit de vagas. Hoje, as crianças estão no Paula Soares, mas até quando a Pica-Pau vai ficar fechada? Quanto tempo mais vai levar para que a reforma aconteça? E tem outras tantas escolas que a gente sabe que tem pequenas coisas, mas vão se deteriorando, vão se deteriorando, e aí acabam tendo que ser interditadas. Então a gente precisa de mais do que promessas, a gente precisa de resolução desses problemas, porque não pode, ano por ano, o déficit aumentar.

Essas cinco escolas que o senhor fala ficaram inacabadas, e aí foram sendo depredadas ao longo desses anos todos. Nós estamos no último ano de gestão, se tudo der certo, do prefeito, então por que só agora resolveram utilizar esses recursos da UNESCO – parece que são R\$ 32 milhões – para a reforma dessas escolas? Por que não foi feito antes? Porque agora elas já estariam prontas para as crianças ingressarem no ano que vem. Então quer dizer que é para inauguração em ano eleitoral? Porque as crianças já precisavam no ano passado, a gente já tinha quase 7 mil vagas de déficit, agora mais de 7,5 mil. Então agradeço a oportunidade, mas a gente espera mais do que promessas de resolução do poder público para que a nossas crianças não fiquem fora da escola, porque elas não são o futuro, elas são o hoje, as famílias precisam hoje da solução para a educação infantil em Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Fabiane. Secretário.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Só duas colocações. Essas escolas inacabadas, realmente, a gente sofre muito vendo, e são antigas. Eu já fico muito indignado de como é que não terminaram escolas que estavam com 90% praticamente concluídas em governos anteriores, não terminaram; agora, vamos terminar – até o final do ano que vem, serão concluídas. Se a senhora é mãe de um aluno da Pica-Pau, deveria saber que a Pica-Pau está em reforma e vai ser concluída agora. Eles estão, provisoriamente, no Paula Soares porque a escola está em reforma, então me admira que talvez a diretora não tenha comunicado ao

conselho, deveria. Mas eu tive reunião com o conselho, eu tive reunião no Paula Soares, e realocamos os estudantes enquanto a reforma está acontecendo; nas próximas semanas, a gente conclui a reforma na Pica-Pau, e, a partir do próximo ano, os estudantes retornam, então, para uma Pica-Pau renovada. Os investimentos já aconteceram. Só isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Ainda temos a Maria de Guadalupe e os vereadores. Com a palavra, primeiro, a Sra. Maria de Guadalupe, do gabinete da deputada Sofia Cavedon.

SRA. MARIA DE GUADALUPE MENEZES DE LIMA: Boa tarde a todos e a todas; cumprimento a Mesa, as autoridades, os representantes das entidades e parabênzo, Ver. Jonas Reis, pela iniciativa da pauta. Represento aqui, como já foi colocado pelo Ver. Mauro Pinheiro, a deputada Sofia Cavedon, que preside a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e integra um grupo de trabalho que, desde 8 de maio deste ano, vem se reunindo, coordenado pela Comissão de Educação do Conselho Tutelar – aqui está a Márcia Gil, integrante desse GT. O dia 8 de maio marca a data da audiência pública que foi realizada pela Comissão de Educação por conta de um déficit na Restinga, Extremo-Sul, de mais de 560 crianças e adolescentes fora da escola – não só a educação infantil. Então, lá em maio, já estava revelada essa situação inaceitável. A partir de então, formou-se um GT, dentre outros encaminhamentos, que vem se reunindo regularmente na Defensoria Pública – o secretário e sua equipe também têm participado na busca de alternativas. Uma delas – não quero me alongar, mas uma delas –, que vem sendo trazida muito fortemente pela deputada Sofia, é o regime de colaboração para o atendimento da educação infantil, que está colocado ali na Constituição, bem como na Lei de Diretrizes e Bases. Outros estados e municípios concretizam o regime de colaboração para atendimento de demandas e também para a formação de professores, ou seja, para todas as proposições que constam na Lei de Diretrizes e Bases e na Constituição. Porto Alegre, como já foi colocado aqui pelo secretário, tem hoje

um déficit manifesto de 7,5 mil crianças fora da escola, na faixa de zero a cinco anos. Vou dar um exemplo, então vou encerrar a minha fala. Este dado foi apresentado pela própria equipe da SMED, pela diretora pedagógica Izabel Abianna na última reunião do GT: o Centro de Porto Alegre tem um déficit de 755 crianças, a maior parte de zero a três anos; o Partenon tem um déficit de 969 crianças, a maior parte também de zero a três anos.

O próprio conselho estadual tem uma comissão especial que se dedica ao estudo e à busca de alternativas, a Undime também compõe essa comissão especial do conselho. Então, o regime de colaboração prevê não a municipalização ou troca de manutenção – não necessariamente se precisa municipalizar uma escola para atender –, mas sim o uso de salas com a nomeação de um professor da rede municipal, ou seja, como vai ser estruturado o regime de colaboração os entes é que vão decidir.

Todos e todas aqui devem saber que o Instituto de Educação General Flores da Cunha está para ser entregue. A obra está praticamente concluída, com um pavilhão inteiro de educação infantil, com ar condicionado, com berçário, completo, e o governador Eduardo Leite quer colocar ali, e já está fazendo os encaminhamentos, o Museu da Escola do Amanhã, que reduz praticamente em metade a capacidade de atendimento do instituto. Então, nós já sugerimos ao secretário municipal de educação que procure o governo do Estado e que paute... Na região Centro, repetindo, 755 crianças estão fora da escola, e aí nós vamos colocar um museu, ocupando um pavilhão de educação infantil pronto, inclusive como eu já disse, com ar condicionado, todo equipado, está pronto. Ele teria até que ser derrubado em parte para poder botar o museu. Então, é um contrassenso. Fica aqui o agradecimento e essa sugestão, esse reforço. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Guadalupe. Ver. Giovani Culau.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e todas presentes. Quero cumprimentar, de modo especial, o secretário, as representações do Executivo, e também o Thiago, a Márcia, a Isabel, o Eduardo e o Kleiton. A Márcia, quando começou sua manifestação, falava o quanto esse debate que nós fazemos hoje, secretário, diz respeito à valorização da infância e, no caso, ela apontava uma justa crítica à desvalorização da infância na nossa cidade. Esse debate também diz respeito ao desafio da garantia do acesso à etapa de educação infantil, mas possui profunda repercussão nas demais etapas educacionais, nas outras dimensões da vida dessa criança e na vida das famílias. A Fabiane, da frente parlamentar estadual, falava em particular da repercussão na vida das mulheres, mães, e do desafio da garantia da autonomia delas. E, nesse debate tão desafiador – porque esse é um grande desafio, secretário, e eu respeito muito a tua postura desde que assumiu a secretaria –, eu penso que tem um ponto de partida importante para mim, que é o fato de que nós não podemos ignorar a demanda não manifesta. Nós tivemos aqui uma apresentação dessa projeção, com base no balanço das inscrições, de 7,5 mil vagas; falou-se da pesquisa que aponta algo em torno de 12 mil vagas que Porto Alegre não oferece, e há estudos, inclusive do Tribunal de Contas, que falam de uma demanda ainda maior, em torno de 20 mil. Feita essa consideração, talvez nós estejamos falando aqui, do ponto de vista de acesso a políticas públicas, de acesso a direitos sociais, um dos grandes desafios que Porto Alegre tem... Eu acho que, diante desse desafio, dessa complexidade, eu reafirmo: acho que nós não podemos ignorar a proporção real do problema.

Daí, eu tenho algumas questões. A primeira, eu gostaria de ouvir, secretário, sobre as contrapartidas do programa Escola Bem-Cuidada, também do ponto de vista da oferta de vagas prevista nela, porque, se não me engano, se relacionam também com construção de escolas. Eu gostaria de ouvir um balanço da secretaria sobre a compra de vagas na rede privada, e eu tenho um acordo com as críticas a esse método, tanto do ponto de vista de que ele não tem vantajosidade para o Município, porque o Município perde recursos ao comprar

essas vagas, como do ponto de vista de um conjunto de outros atravessamentos sociais a que essas vagas estão imbricadas. Também gostaria de ouvir o senhor sobre o fluxo dos acordos com a Defensoria Pública, porque já foi motivo também de um conjunto de reuniões aqui da CECE.

Eu queria concluir falando de duas questões. Primeiro, eu acho salutar que a gente faça o uso de espaços ociosos da rede estadual, mas eu preciso aproveitar a oportunidade, inclusive a última manifestação trouxe o tema, para falar das minhas preocupações com a relação disso com o processo de municipalização. De modo geral, as esferas de governo devem atuar em regime de colaboração, ou seja, isso para mim significa que ninguém pode se omitir sobre nenhuma das etapas, mas tanto o governo do Estado quanto o Município têm a etapa de ensino fundamental como sua prioridade. Se nós estamos falando de escassez de recursos e de uma demanda tão grande de atendimento na educação infantil, eu não consigo entender por que o município de Porto Alegre teria disposição de municipalizar escolas estaduais. Então tem uma série de informações que não estão nítidas, e eu queria que a gente aproveitasse a oportunidade da reunião da Comissão de Educação para ouvir mais e melhor o senhor secretário sobre esse tema da municipalização, que eu olho com muita preocupação, sem prejudicar em momento algum o entendimento positivo que tenho sobre o uso de espaços ociosos.

E, por fim, eu só penso que dada a dimensão do desafio que nós temos, nós não vamos resolver a questão se nós não tivermos uma política mais robusta que articule estímulo à formação, e eu acho que o Executivo Municipal tem que ter altivez em relação a isso, valorização das carreiras. Nós tivemos o movimento no sentido contrário nos últimos anos, e a presença da ATEMPA aqui é importante nesse sentido, sem valorização das carreiras, nós não vamos resolver o problema de recursos humanos. Nós precisamos ampliar a nossa convicção que é a partir da abertura de vagas públicas, que nós vamos garantir um atendimento com qualidade na rede e para infância na nossa cidade. É um pouco disso. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Secretário, aproveitando a oportunidade para conversar com o senhor aqui e com o governo, publicamente. O mandato Jonas Reis há três anos tem ido nas escolas e conversado com as comunidades, nós temos aí cerca de mais de 300 pedidos de providência, nesse período, sobre educação no Município; são pedidos de várias temáticas, desde falta de professores, obras, por exemplo 70% das escolas com problema de elétrica constatado por nós em 2021, as secretárias anteriores negligenciaram, não olharam isso. Está tudo lá, com vocês na Secretaria de Educação. A Luciane já viu muitos deles, não é Luciane? Passa curtir; até te agradeço a disponibilidade e a paciência, mas é a demanda da população; a população nos procura, infelizmente a gente tem que repassar a demanda, essa é a incumbência do cargo. Mas, o que que ocorre? Muitas dessas necessidades são de vagas em regiões, e aí eu cito um exemplo, a escola Prof. Anísio Teixeira tem três comunidades periféricas, próximas a ela, que tem um déficit grande de educação infantil, mesmo tendo escolas conveniadas próximas, mas não tem nenhuma escola de educação infantil da rede ali. Qual é a intenção da escola, e não é de hoje? É ter mais turmas de educação infantil. Por exemplo, se a SMED comprar dois terrenos do lado da escola, que estão à venda, inclusive, duas casas, dá para fazer ali, dá para anexar porque vai usar todo o aparelho que a escola tem de laboratório, de biblioteca, de quadra esportiva, e a escola já, mais ou menos, está com isso pacífico. Então ali tu resolves um déficit local, regional, sem precisar fazer um grande mexe, e a escola está à disposição para isso. O que que eu digo com esse exemplo: assim como ela várias escolas da Restinga têm essa possibilidade, escolas nossas da rede. Nós sabemos que tem um banco de professores concursados, muitos deles já têm uma grande experiência, são monitores da rede, conhecem a educação infantil por dentro, não é professora Isabel? Entendem a comunidade, conhecem e têm vínculo, moram nas regiões. Então a minha pergunta é muito direta: Tem a possibilidade de a gente estudar esta ampliação nas nossas escolas? Eu pergunto porque nós já tivemos um

momento na história do Município que nós tínhamos mais turmas integralizadas, por exemplo, se a gente tinha mais turmas integralizadas, quer dizer que a gente tinha espaço. Então esse espaço também existe, acho que a gente tem que estudar isso. É possível que o senhor destaque uma equipe para pensar junto às direções escolares, com a ATEMPA, possibilidades, quais são os pontos mais nevrálgicos, por exemplo, o Partenon precisa de 1.000 vagas, como falou aqui a Guadalupe, enfim. Quantas nós podemos conseguir na EMEF Judith? A Judith está a fim; a Américo, a Marcírio, a EMEF Morro da Cruz. Eu acho que isso vai ajudando com as outras medidas que o senhor anunciou aqui, encerrando esse déficit junto com a rede. Aí nós vamos tendo o crescimento da rede. Acho que isso é importante porque a rede tem um conhecimento e uma relação comunitária, acho que essa relação comunitária é importante. As mesmas coisas aconteceram com escolas conveniadas aqui, não é Mauro? Em outro momento elas se ofereceram, mas os editais estão demorando... Uma escola, por exemplo, foi conveniada no passado, depois se desconveniu, mas ela fica lá na Dorival Castilhos e é uma comunidade que precisa da escola de educação infantil, porque não tem transporte perto; o transporte é longe, os pais não conseguem, muitas vezes, trabalhar. Então eu acho que essa coisa do direito à educação, hoje a gente está tratando com a SMED, aqui, mas a coisa do direito à educação expandiu – fico feliz que vocês do Conselho estão aqui – só que é um problema social. Os pais e mães das crianças pequenas não conseguem trabalhar; portanto, produzir, construir outros direitos para os seus núcleos familiares, porque nós, o poder público, a gente não oferece a vaga. Aí a gente acaba tendo, no geral, um decréscimo do desenvolvimento socioeconômico da cidade, que poderia ser mais acelerado. Outro dado que a gente precisa pensar – hoje nós não vamos resolver isso – mas 76 mil pessoas foram embora de Porto Alegre; com certeza, uma fração, não sabemos qual a fração foi embora, também, porque aqui não encontra essa educação para todos. A minha sobrinha, vou dar um exemplo para vocês, morava na Hípica, ela não conseguiu vaga na educação infantil, não conseguia trabalhar, então ela, o marido e a filhinha foram embora para Santa Catarina, onde tem a escola de educação infantil, ela está

estudando e os dois pais estão trabalhando; minha sobrinha. Então estou dando um exemplo de que isso está pela cidade, provavelmente. Muita gente tem feito essa, vai para Canoas, vai para outros municípios onde a rede está expandindo. Então, para a gente pensar uma qualidade de vida, inclusive no Município, e queria incitar o governo a montar um GT com outras secretarias para pensar, porque não é só como arranjar o dinheiro, onde está o dinheiro, bom, o pessoal do conselho do Fundeb disse que o dinheiro existe. Eu falei que tem a Lei Orgânica, tem a Constituição, mas o governo apresentou para cá uma outra proposta política, que eu sei que não está na sua incumbência, não precisa responder sobre isso, a gente está aqui já há três anos na Casa entende bem como funciona, mas a decisão do centro do governo não foi robustamente investir nisso. Fiquei feliz aqui que o senhor falou que vai fazer um movimento de 4.000 vagas no primeiro semestre, tem que saudar isso, conte conosco, nós vamos, com certeza, abraçar junto para ver essas vagas realmente emergirem na cidade. São essas as proposições e ideias. Obrigado.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Muito obrigado, Ver. Jonas Reis. O Jonas Reis foi estudante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Anísio Teixeira, visitou muito o SOI, pelo que me disseram lá.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Visitei algumas vezes, principalmente nos 5º, 6º e 7º anos.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Está registrado, eu estive visitando, mostraram os registros. Anísio Teixeira é uma bela escola, bem localizada, uma bela estrutura, plana, e gostei da ideia. O João Adams já registrou aqui, ele dirige a área de infraestrutura e logística, eu acho que podemos dar uma olhada nesta alternativa e ideias como essa me interessam, alternativas como essa que a gente possa, realmente, ampliar a oferta de vagas na nossa estrutura própria, e vamos trabalhar nesse sentido. Pode ficar tranquilo, te agradeço pela sugestão, vamos trabalhar para ampliar as alternativas que a gente tem na rede própria e

também nas parceirizadas, porque para chegar nestas 4.000 vagas eu não consigo fazer na rede própria de uma forma muito rápida, mas vamos trabalhar *pari passu* nessas duas alternativas já em 2024. O Giovane questionou sobre o projeto Escola bem cuidada, que é um projeto que prevê, como contrapartida também, a construção de 10 escolas de educação infantil, mas é um projeto que ainda está em consulta pública, que está ainda sendo avaliado para o lançamento do edital no início do próximo semestre e, se sair alguma coisa, talvez vai ser só para o final de 2025 que nós teríamos escolas novas se tudo correr bem. Então por isso que eu estou trabalhando ainda outras alternativas, além desta hipótese que eu nem citei aqui das 10 escolas previstas neste projeto Escola bem cuidada. A outra pergunta que tu fizeste sobre a compra de vagas na rede privada, na verdade nós não optamos em fazer a compra de vagas na rede privada, mas quando não tem uma vaga na escola pública e eventualmente se judicializa esta vaga, às vezes o juiz determina a compra na rede privada. Então é algo que foge da nossa alçada esta compra de vagas na rede privada, porque realmente não é a melhor alternativa, porque esta vaga da rede privada não consta do nosso censo escolar e é um recurso que a gente deixa de receber. Quando eu tenho uma escola parceirizada ou uma escola própria, este estudante consta no censo escolar e eu recebo o recurso do Fundeb proporcional a esse estudante, o da escola privada não. Então, toda vez que eu compro, eu ainda perco porque este estudante não consta no censo escolar, mas, judicialmente, se vem uma determinação e se não tem vaga, eu preciso comprar essa vaga na rede privada.

A relação com a Defensoria é uma relação, eu acho, que é muito boa, nós temos tido as reuniões, inclusive, na Defensoria com o Conselho Tutelar e com as outras entidades e sempre com a Defensoria presente. Nós temos um termo assinado com a Defensoria para não judicializar essas vagas, depois de um período em que essas vagas foram judicializadas, este termo nós nos comprometemos com algumas vagas que, se não tivermos na nossa rede, a Defensoria, para aqueles que tentam judicializar, antes da judicialização, a Defensoria utiliza essas vagas que nós disponibilizamos às vezes até na rede

privada, mas sem a judicialização, entramos num acordo. São negociações, alternativas que a gente está vivenciando neste momento enquanto não temos todas essas vagas, minimiza, digamos, a despesa desse processo. Então é um acordo que nós temos com a Defensoria e que está funcionando também.

Da municipalização, eu vejo, às vezes, uma preocupação exacerbada com esse processo. Acho que não carece deste momento de preocupação, porque se discute muito, mas pode ser que, para o próximo ano, no máximo, a gente consiga trabalhar, até porque o tempo está muito curto, umas duas escolas utilizando sala de aula disponível para oferecer educação infantil. A gente não vai trabalhar esta questão de o ensino fundamental passar para o Município, uma escola de ensino fundamental do Estado e nós assumirmos, muito embora eu entenda, pessoalmente, que seja o melhor caminho para o futuro, que o Município se responsabilize pela educação infantil e pelo ensino fundamental; o Estado pelo ensino médio e a União pela educação superior que é o que prevê a legislação. Sinceramente, muito embora as dificuldades que a gente está falando aqui para atender a educação infantil ou problema de infraestrutura, mas a estrutura das escolas do Município está melhor que as do Estado. O Estado tem uma rede de 2.407 escolas, é difícil de fazer a gestão disso. Então, o Estado é responsável por um volume de escolas de ensino fundamental, se essas escolas estivessem com o Município... Eu estou aqui no Município, eu consigo visitar as escolas, eu consigo acompanhar, estou visitando, já visitei mais de 80 das nossas escolas, estou seguindo todas elas, mas, se fossem 2.407 do Estado, eu não ia conseguir fazer isso.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só para dialogar com isso, secretário, hoje mesmo, eu li um artigo que saiu uma pesquisa. Essa ideia da regionalidade é interessante, mas, por exemplo, Piauí e Maranhão, que são os estados que mais municipalizaram em anos anteriores, a rede municipal é a que guarda os índices mais baixos de educação, porque o estado acabou se desresponsabilizando, e os municípios não têm o recurso devido para conseguir fomentar com qualidade. Então, mesmo o município tendo a regionalidade, ele não consegue recurso para

garantir qualidade, por exemplo, remuneratória, infraestrutura, porque vai ter que dar conta da assistência social – que fica a cargo quase só do município – e saúde, que é a atenção básica que fica a cargo no município. Então, o recurso no acordo que tem entre entes federados é ruim, penaliza os municípios. A ideia, eu não descarto, eu acho que é uma ideia que a educação precisa pensar, mas não nesse formato de divisão dos recursos, um formato que, por exemplo, a União fica com a grande fatia, os estados, e o município fica com as demandas. Isso é complicado. A minha divergência, hoje, com o governador é essa: ele quer só passar as escolas para nós sem passar nenhuma compensação de recurso, sem dinheiro, quer dizer, nós vamos abrir a carteira e aí? Só para problematizar isso, mas eu concordo com o senhor que, regionalmente, seria mais interessante para visitar e ter junto.

SRA. MÁRCIA GIL ROSA: A educação inclusiva já está conosco, o Município; a educação infantil, conosco. São caríssimas as duas coisas e com qualidade, porque se a gente for o IDEB... Na verdade, o IDEB de Porto Alegre do Estado – até onde eu sei – era mais baixo que o IDEB de Porto Alegre do Município, até onde eu tenho conhecimento. Então, o nosso IDEB das escolas municipais é mais alto do que as escolas estaduais. O que eu vivencio hoje na minha realidade é que as escolas estaduais estão um caos. Então, a gente tem que pensar com muito cuidado. Eu queria trazer isso que a Lupe trouxe que eu acho que é um bom início para nós, esse Termo de Colaboração, porque isso está na lei. O Conselho Estadual de Educação tem isso que é como outros lugares. É como o CRAI, por exemplo, lá tem o IGP, tem a Polícia Civil, tem a Secretaria da Saúde, todos num serviço só. Cada um tem um fazer dentro de um serviço, então, dentro de um equipamento, teriam dois serviços, digamos, dois fazeres, educação infantil com duas mantenedoras, sei lá. Mas vamos com calma, por favor, porque o nosso dinheiro está pouco para sustentar a educação fundamental.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Eu estou de acordo, o que eu coloquei é algo para discutir no futuro e talvez a gente possa discutir especificamente essa questão num outro momento aqui, convidando o Estado também para discutir. Mas o que eu quero dizer é que, neste momento, a gente não está discutindo com o Estado para municipalizar dez, vinte, trinta, quarenta escolas; estou falando em uma ou duas para utilizar a educação infantil. Chegamos a conversar da possibilidade de uma ou outra escola pegar alguns poucos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental até para testar como é que a gente faria esse modelo, mas não é nada para a gente entrar em pânico aqui que estamos fazendo um grande movimento em Porto Alegre. Então, eu tranquilizo vocês que é uma discussão muito bem centrada desse processo que estamos tentando fazer aqui com o Estado.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Poucos segundos, primeiro, que essa tua manifestação, secretário, é importante, porque, em determinado momento, circulou na cidade a informação que poderiam chegar a 16 escolas municipalizadas. Então, essa manifestação aqui na CECE é muito importante. Só um outro registro rápido, quando eu questionei sobre a questão de compras de vagas na rede privada, também é importante o que eu escuto do senhor. Só preciso registrar que, em outro momento, com outra secretária, era verdade a compra de vagas na rede privada. Foi apresentada como uma das soluções, como um dos projetos examinados pelo Executivo como a solução para o problema da falta de vagas. Então, essa escuta da tua manifestação agora é importante, porque é diferente do que nos foi apresentado em outro momento e fico feliz.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Era isso. Queremos agradecer ao secretário e demais pessoas da Secretaria, aos nossos convidados. Só dizer para a nossa amiga Márcia que as pessoas convidadas, as instituições foram aquelas solicitadas por quem pediu a audiência. Então, convidamos aquelas pessoas que foram solicitadas e, da próxima vez, a gente pode acrescentar

outras se for solicitado. Dependendo da situação, nós mesmos podemos colocar. Agradecemos a presença de todos. E eu acho que foi bastante esclarecedor, o secretário sempre nos ajuda bastante trazendo as informações, e a gente fica feliz. Espero que se concretizem as mais de quatro mil vagas do ensino infantil para o próximo ano. Muito obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h15min.)

TEXTOS SEM REVISÃO